

MERCADOS



Bolsa supera 121 mil pontos e atinge maior nível desde agosto

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em mais um dia de alívio no mercado financeiro, o dólar começou o mês de abril com forte queda e fechou abaixo de R\$ 4,70 pela primeira vez em dois anos. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ultrapassou os 121 mil pontos e atingiu o nível mais alto em quase oito meses.

O dólar comercial encerrou esta sexta-feira vendido a R\$ 4,667, com queda de R\$ 0,094 (-1,97%). A cotação operou em baixa durante toda a sessão e caiu ainda mais perto do fim das negociações.

A moeda norte-americana está no menor valor desde 10 de março de 2020, véspera de a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar a pandemia de covid-19. Com o desempenho desta sexta-feira, o dólar encerra a semana com recuo de 1,97%, a quinta semana seguida de baixa. Em

2022, a divisa acumula queda de 16,3% em 2022.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela euforia. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 121.570 pontos, com alta de 1,31%. Impulsionado por ações de mineradoras e de empresas varejistas, o indicador está no maior nível desde 11 de agosto do ano passado.

No plano internacional, a divulgação de que a taxa de desemprego nos Estados Unidos caiu para 3,6% em março e atingiu o menor nível desde fevereiro de 2020, antes da pandemia de Covid-19, animou os investidores. Isso porque a criação de 431 mil postos de trabalho veio abaixo do esperado pelo mercado, o que reduz espaço para que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) aumente os juros em 0,5 ponto percentual na próxima reunião.

INVESTIGAÇÃO

MP no TCU quer apurar ingerência de Bolsonaro na Petrobras

MARIANNA HOLANDA/FOLHAPRESS

O Ministério Público do TCU (Tribunal de Contas da União) entrou nesta sexta-feira com uma representação do tribunal para apurar eventual ingerência do governo na Petrobras com a troca no comando da estatal.

A peça, assinada pelo procurador Lucas Furtado, pede ainda que o economista Adriano Pires, novo indicado para o posto, só seja nomeado após investigação da CGU (Controladoria-Geral da União) e da Comissão de Ética sobre possível conflito de interesse, devido à atuação dele no setor.

Pires dirige o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), uma consultoria especializada em regulação e estratégia do setor de energia, que presta serviços para governos e empresas.

Na prática, apesar de a troca ter sido anunciada nesta semana, ela só ocorreria em duas semanas, na Assembleia Geral de Acionistas da empresa.

Na ocasião, o governo apresenta sua lista de representantes do conselho de administração —na qual, não consta o nome do general Joaquim Silva e Luna, demitido por Jair Bolsonaro (PL) nesta semana.

"A abrupta alteração da composição da presidência da estatal e do seu conselho de administração vem logo na sequência das anunciadas intenções de intervenção na política de preços da Petrobras, situa-

ção a conclamar a pronta atuação do Tribunal de Contas da União", diz a representação do MP do TCU.

Furtado cita as vezes em que o presidente Jair Bolsonaro se queixou a respeito da política de preços da estatal, e já chegou a defender mudança.

Ele diz ainda que a troca no comando da empresa foi "abrupta e sem prévia justificativa técnica" e "traz insegurança e fragilidade na governança da empresa estatal, acarretando consequências econômicas que podem ser nocivas à sua segurança financeira e operacional".

Depois do mega-aumento anunciado pela Petrobras no início de março, o então presidente da estatal, general Silva e Luna, entrou na mira de Bolsonaro, que vinha criticando sua gestão publicamente.

"É impagável o preço dos combustíveis no Brasil e lamentavelmente a Petrobras não colabora com nada", disse o chefe do Executivo, em uma entrevista à TV Ponta Negra, do Rio Grande do Norte, em março.

Na segunda-feira, o presidente decidiu demitir o general, outrora um de seus favoritos na administração federal, quando comandava a Itaipu.

A saída de Silva e Luna repete a de Roberto Castello Branco, demitido em 2021 por Bolsonaro após a companhia anunciar o quarto aumento nos preços de diesel e gasolina no ano.

IBGE

Produção industrial sobe 0,7% em fevereiro

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

A produção industrial conseguiu avançar no Brasil em fevereiro, mas não teve força para reverter todas as perdas recentes. O indicador segue abaixo do patamar pré-pandemia, informou nesta sexta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No segundo mês do ano, a produção das fábricas subiu 0,7% em relação a janeiro. O resultado veio um pouco acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam alta de 0,5% na mediana. O desempenho positivo eliminou uma parte da queda de 2,2% registrada em janeiro. Contudo, o setor ainda está 2,6% abaixo de fevereiro de 2020, antes das restrições da crise sanitária.

Também registra nível 18,9% menor do que o recorde da série histórica, verificado em maio de 2011.

"Teve uma melhora na margem. Fevereiro traz crescimento, mas a produção industrial está longe de eliminar todas as perdas do passado recente", indicou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

Segundo ele, o setor ainda é afetado por uma combinação de efeitos negativos, como escassez e carestia de insumos, fragilidades no mercado de trabalho e redução do poder de compra dos brasileiros.

A divulgação desta sexta é a primeira após o IBGE atualizar o modelo de ajuste sazonal da pesquisa. Conforme o instituto, o procedimento é padrão em levantamentos do tipo, e teve de ser adiado devido a restrições geradas pela pandemia.

"A atualização significa pouquíssimas mudanças. Claro, em um mês ou outro, tem alguma diferença de resultado", afirmou Macedo.

ALTA EM 16 ATIVIDADES

O avanço de 0,7% em fevereiro foi sustentado por taxas positivas disseminadas em 16 dos 26 ramos pesquisados na indústria.

As influências mais importantes, entre as atividades, vieram das indústrias extrativas (5,3%) e de produtos alimentícios (2,4%).

"O setor extrativo teve uma queda importante em janeiro (-5,1%), por conta do maior volume de chuvas em Minas Gerais naquele mês, o que prejudicou a

extração do minério de ferro. Com a normalização das chuvas, houve uma regularização da produção", disse Macedo.

"Já o setor alimentos teve seu quarto mês positivo de crescimento, acumulando no período ganho de 14%. Em fevereiro, os destaques foram a produção de açúcar e carnes e aves, dois grupos importantes dentro do setor", completou.

Outras contribuições positivas vieram de ramos como produtos farmacêuticos e farmacêuticos (12,7%), veículos automotores, rebocos e carrocerias (3,2%), metalurgia (3,3%), bebidas (4,1%), outros equipamentos de transporte (15,1%) e borracha e plástico (2,9%).

"O mês de janeiro é caracterizado por ter algum grau de redução de jornadas de trabalho e pelo movimento maior de férias coletivas. Em fevereiro, há o retorno normal ao trabalho, que impulsiona a produção do mês. Isso ajuda a entender o resultado positivo de fevereiro", avaliou Macedo.

De acordo com o IBGE, 18 das 26 atividades industriais ainda estão abaixo do pré-pandemia.

Em fevereiro, o segmento de

móveis ficou em nível 23% inferior ao de igual mês de 2020. É a maior distância negativa da pesquisa.

Por outro lado, sete ramos industriais superaram o pré-crise. A atividade de máquinas e equipamentos está 12% acima do pré-covid, a maior distância positiva da série.

O segmento de metalurgia, por sua vez, é o único que registra patamar igual ao de antes dos efeitos da pandemia.

O IBGE ainda informou que, em fevereiro, a produção industrial caiu 4,3% se comparada ao mesmo mês de 2021. Nesse recorte anual, analistas do mercado esperavam retração ainda maior, de 4,9%, conforme a Bloomberg.

Em 12 meses, a produção das fábricas acumulou alta de 2,8%. A elevação já foi maior nessa base de comparação ao longo de 2021, o que sinaliza perda de fôlego.

"A produção industrial até deu sinais de que o pior talvez tenha ficado para trás. Mas o quadro é delicado. A gente ainda vê muitas fragilidades", afirma o economista Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, que projeta variação de 0,3% para o indicador no acumulado do ano.

FGV

Confiança dos empresários cresce 0,7 ponto em março

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou 0,7 ponto de fevereiro para março deste ano e atingiu 91,8 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos. Essa foi a primeira alta do indicador, desde novembro do ano passado.

O ICE consolida os índices de confiança de empresários brasileiros dos quatro setores econômicos analisados pela FGV: in-

dústria, construção, comércio e serviço.

A alta foi puxada pelo Índice de Situação Atual Empresarial, que mede a confiança no presente. Esse índice subiu 4 pontos, chegando a 92,1 pontos.

Por outro lado, o Índice de Expectativas, que mede a percepção dos empresários sobre o futuro, recuou 0,9 ponto e atingiu 92,4 pontos.

Dos quatro setores, apenas serviços avançou em março, ao subir 3 pontos e chegar a 92,2

pontos. A indústria teve a maior queda (-1,7 ponto), mas continua sendo o setor com maior confiança (95 pontos).

Os outros setores com queda na confiança foram comércio, que recuou 0,2 ponto e continuou na pior posição com 86,8 pontos, e construção, que caiu 0,8 ponto e chegou a 92,9 pontos.

Segundo o pesquisador da FGV Aloisio Campelo Jr., boa parte da alta da confiança no mês é explicada pela melhora

dos números da pandemia de covid-19 e seus efeitos nas vendas do comércio e serviços.

Ele ressalta, no entanto, que a queda das expectativas lança dúvidas sobre a continuidade da recuperação nos próximos meses diante de um cenário de incerteza com relação ao impacto da invasão russa à Ucrânia na economia mundial e ao efeito esperado das altas de juros sobre a demanda interna.

CMED

Preço dos medicamentos sofrerá reajuste de 10,89%

CRISTIANE GERCINA E FILIPE ANDRETTA/FOLHAPRESS

A Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) do governo federal autorizou reajuste de 10,89% nos medicamentos. O aumento, publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, já está valendo e pode ser aplicado a qualquer momento em farmácias e drogarias.

Na última semana, farmacêuticos já estavam alertando seus clientes que o preço dos remédios iria subir em breve. A indústria, no entanto, afirma que os novos valores devem ser aplicados em meados de abril por causa dos estoques.

Já os especialistas indicam aos pacientes de uso contínuo que comprem medicamentos o

quanto antes, aproveitem programas de desconto do governo federal, das farmácias e dos laboratórios, e pesquisem muito por valores menores e promoções.

2º MAIOR EM DEZ ANOS

O reajuste de 10,89% é o segundo maior em dez anos, de acordo com dados do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos). A alta só não foi maior do que em 2016, quando o aumento médio ficou em 12,5%. Em 2021, o reajuste médio foi de 8,15%.

Segundo o sindicato, dentre os fatores que pressionam o custo da produção de remédios está o dólar, cuja cotação chegou a aumentar quase 40% nos últimos dois anos, além dos gastos com os fretes, que subi-

ram em média 10%.

O cálculo para atualizar os valores dos remédios no país é feito uma vez por ano pela Cmed e tem como base a inflação acumulada em 12 meses até fevereiro no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou em 10,54%.

Os dados da indústria mostram que, no acumulado de 2012 a 2021, a inflação geral chegou a 78,91% ante uma variação de preços dos medicamentos de 55,79%.

Além da inflação, a Cmed também leva em conta outros três fatores, que analisam questões como produtividade, competitividade e aumento de custos específicos para o setor farmacêutico.

Dois desses fatores já ha-

viam sido divulgados há algum tempo e não iriam interferir no cálculo. Em relação ao último fator, o impacto ficou em 0,35%, segundo o Sindusfarma.

Diferentemente de anos anteriores, o reajuste será único e valerá para os três níveis de medicamentos definidos. Antes, dependendo da concorrência, o aumento do remédio era maior ou menor. O sindicato informa que isso ocorre quando o fator de produtividade fica zerado.

O percentual único, no entanto, deve prejudicar o consumidor, uma vez que os diferentes níveis eram uma forma de segurar a alta de preços de certos tipos de remédios.

Até então, a prática era de autorizar um aumento maior para os que têm maior concorrência, como é o caso dos genéricos e reajuste menor para os que são de alto custo, como algumas categorias de antidepressivos e ansiolíticos, por exemplo. Em 2021, os aumentos autorizados foram de 10,08%, 8,44% e 6,79%.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-VivoRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

COMERCIO EXTERNO

Balança tem maior superávit para meses de março

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Embalada pela valorização das *commodities* (bens primários com cotação internacional), a balança comercial registra o melhor resultado positivo para meses de março desde o início da série histórica, em 1989. No mês passado, o país exportou US\$ 7,383 bilhões a mais do que importou. Segundo o Ministério da Economia, isso representa alta de 19,3% em relação ao registrado em março do ano passado.

No primeiro trimestre, a balança comercial acumula superávit de US\$ 11,313 bilhões. Isso representa 37,6% a mais que o registrado de janeiro e março do ano passado (US\$ 8,087 bilhões). O saldo é o segundo melhor da história para o período, perdendo apenas para 2017, quando o superávit tinha ficado em US\$ 13,016 bilhões nesse intervalo.

No mês passado, o Brasil vendeu US\$ 29,095 bilhões para o exterior e comprou US\$ 21,711 bilhões. Tanto as importações como as exportações bateram recorde em março, desde o início da série histórica, em 1989. As exportações subiram 25% em

relação a março do ano passado, pelo critério da média diária. As importações aumentaram 27,1% na mesma comparação.

Um dos principais responsáveis pela recuperação do saldo comercial foi a valorização das *commodities* (bens primários com cotação internacional), que subiram em março em meio ao acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia. A estabilidade de algumas safras, principalmente a de soja, também contribuiu para o resultado.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu apenas 1,8%, enquanto os preços aumentaram 17,2% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada caiu 7,1%, mas os preços médios subiram 29,5%.

SETORES

Ao comparar o setor agropecuário, o aumento nos preços internacionais pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas caiu 4,5% em março na comparação com o mesmo mês de 2021, enquanto o preço médio subiu 33,4%. Na indústria de transformação, a

quantidade subiu 7,2%, com o preço médio aumentando 19,3%. Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 7,1%, enquanto os preços médios ficaram estáveis, com leve alta de 0,6%.

Os produtos com maior destaque nas exportações agropecuárias foram trigo e centeio não moídos (+1.995,5%), café não torrado (+60,7%) e soja (+35%) na agropecuária. O crescimento deve-se principalmente aos preços. O destaque negativo foi o milho, cujas exportações caíram 91,3% de março do ano passado a março deste ano por causa da antecipação de embarques no início do ano.

Na indústria extrativa, os maiores crescimentos foram registrados em minérios de níquel e seus concentrados (+102,9%) e óleos brutos de petróleo (+21,5%). Na indústria de transformação, os maiores crescimentos ocorreram carne bovina (+69,3%), farelos de soja e outros alimentos para animais (+49%) e combustíveis (+172,2%).

Em relação às importações, os maiores crescimentos foram registrados nos seguintes pro-

duto: pescados (+114,3%), frutas e nozes não-oleaginosas (+50%) e soja (+81,9%), na agropecuária; carvão não aglomerado (+113,7%), óleos brutos de petróleo (+221,1%) e gás natural (+39,8%), na indústria extrativa; e combustíveis (+82,7%) e adubos ou fertilizantes químicos (+132,6%), na indústria de transformação.

Em relação aos fertilizantes, a alta deve-se principalmente ao aumento de 132,7% nos preços. A quantidade importada caiu 3,2% em março na comparação com março do ano passado.

ESTIMATIVA

A valorização das *commodities* fez o governo revisar para cima a projeção de superávit comercial. Para 2022, o governo prevê saldo positivo de US\$ 111,6 bilhões, contra projeção anterior de US\$ 79,4 bilhões. As estimativas são atualizadas a cada três meses.

As previsões estão muito mais otimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 65 bilhões neste ano.

INTERNACIONAL

Transporte de carga aérea bate recorde em fevereiro

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

O transporte de carga no mercado internacional atingiu um recorde histórico, segundo dados que a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) vai divulgar nesta sexta-feira.

O setor atingiu o patamar mais alto para o mês de fevereiro desde o início da série histórica, em 2001, com quase 80 mil toneladas transportadas.

O volume superou o regis-

trado em fevereiro de 2020, antes da chegada da pandemia no Brasil, que foi de 67 mil toneladas.

Segundo a Anac, o número de passageiros pagos no transporte internacional também cresceu 366% frente aos números registrados em fevereiro do ano passado.

Quase 920 mil passageiros viajaram para destinos internacionais no mês passado, ante pouco mais de 197 mil no mesmo período do ano passado.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPREGADOS DA CNC SESC E SENAC ADMINISTRAÇÕES NACIONAIS LTDA.
CNPJ nº 30.304.919/0001-30 – NIRE JUCERJIA nº 3340000021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CNC Sesc e Senac Administrações Nacionais Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, CONVOCA seus 16 delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 25 de Abril de 2022, a qual será realizada através do link a ser enviado posteriormente, via web, em medida preventiva a pandemia covid19, também aberta aos associados, às 15 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados em primeira convocação; em segunda convocação às 16 horas com a presença de metade mais um dos delegados; ou em terceira convocação às 17 horas com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: 1) Prestação de contas do exercício de 2021; 2) Destinação das sobras apuradas; 3) Pagamento de cotas de capitais aos ex-associados 4) Outros assuntos de interesse da Cooperativa.

Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2022.
Antonio Gilmar Martins Viana -Diretor Presidente

TRANSENERGIA GOIÁS S.A.
CNPJ: 10.997.345/0001-15

RETIFICAÇÃO - CONVOCAÇÃO 12º AGO E 27º AGE: Prezada Acionista, Vimos por meio desta, **RETIFICAR** a publicação da convocação realizada nos dias 03.03.2022 à pag. 04, 04.03.2022 à pag. 04 e dia 07.03.2022 à pag. 03, no Jornal Diário do Acionista, para alterar a data de realização da 12º AGO e 27º AGE da Transenergia Goiás S.A. do dia 17/03/2022, para o dia 18/04/2022 às 10:00h na sede da TGO localizada na R. do Carmo, 06, grupo 909 até 912, Centro/RJ ou por videoconferência, com a seguinte ordem do dia: **1. Em AGO:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021, auditado pela Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, em 25/01/2022; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2021 e a distribuição de dividendos; c) Eleger os Membros do Conselho Fiscal; d) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Cia. para abril de 2022 até março de 2023; e) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para abril de 2022 até março de 2023; **2. Em AGE:** a) Conhecer e deliberar sobre o Programa de Dispêndios Globais – PDG, aprovado para as estatais federais para o exercício Financeiro 2022 através do Decreto Nº 10.892, de 13/12/2021, publicado no DOU em 14/12/2021. RJ, 29/03/2022. Transenergia Goiás S.A. Cristiane Nunes Maia Wandellii- Presidente do Conselho de Administração

OCB/RJ - COMUNICADO
Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2022.

Comunicado oficial da Comissão Eleitoral de HOMOLOGAÇÃO de registro de CHAPA ÚNICA ao pleito eleitoral da OCB/RJ de 2022.

Em atenção ao requerimento da Comissão Eleitoral (Ofício CE 001/2022), comunicamos a homologação de registro de chapa única ao pleito eleitoral da OCB/RJ de 2022, denominada «NÓS, SOMOS COOP!» composta pelos seguintes membros abaixo:

CHAPA ÚNICA - NÓS, SOMOS COOP!
Presidente – Vinicius de Oliveira Mesquita;
Vice-presidente – Esther Ferreira Araújo;
Diretor-Geral – Francisco Carlos Bezerra da Silva;
Diretor de Finanças – Ildeci Rangel Sias;
Diretor de Relações Sindicais e Institucionais – Wagner Guerra da Fonseca;
Diretor de Projetos Especiais – Severino Vicente de Lima;
Diretor de Cultura e Formação – Sebastião Carlos Lima Barbosa;
Conselheiro Fiscal Titular – Cláudio Henrique da Silva;
Conselheiro Fiscal Titular – José Ricardo Martins;
Conselheiro Fiscal Titular – Henrique Alves do Nascimento;
Conselheiro Fiscal Suplente – Edison Cid Duarte Segundo;
Conselheiro Fiscal Suplente – Giovanni de Jesus Costa da Fonseca e;
Conselheiro Fiscal Suplente – Astrogildo Gomes de Oliveira

Conforme a Ata nº 006 da Reunião Ordinária da Comissão Eleitoral a homologação foi realizada pela comissão no dia 30 de março de 2022.
Vinicius de Oliveira Mesquita - Presidente da OCB/RJ

COOPERATIVA DE CRÉDITO CLÁSSICA DOS EMPREGADOS DA VALE S/A E ENTIDADES VINCULADAS LTDA – SICOOB COOPVALE LTDA.
CNPJ Nº 33.924.028/0001-74 / NIRE Nº 33.4.0001186.4
Sede Social: Rua Santa Luzia 651, 35º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Clássica dos Empregados da Vale S/A e Entidades Vinculadas Ltda. – SICOOB COOPVALE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 40 (quarenta), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, obedecendo os seguintes horários e quórum para a sua instalação: às 08:00 (oito horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; às 09:00 (nove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um; ou às 10:00 (dez horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre o seguinte assunto que compõe a ordem do dia: I. Ampliação do Estatuto Social do Sicoob Coopvale, visando a adequação sistêmica do Sicoob. A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os Delegados, que poderão participar e votar. Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <http://www.sicoobcoopvale.com.br>.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022.
Angelo Galatoli
Presidente do Conselho de Administração.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CLÁSSICA DOS EMPREGADOS DA VALE S/A E ENTIDADES VINCULADAS LTDA – SICOOB COOPVALE LTDA.
CNPJ Nº 33.924.028/0001-74 / NIRE Nº 33.4.0001186.4
Sede Social: Rua Santa Luzia 651, 35º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Clássica dos Empregados da Vale S/A e Entidades Vinculadas Ltda. – SICOOB COOPVALE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 40 (quarenta), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, obedecendo aos seguintes horários e quórum para a sua instalação: às 08:30 (oito horas e trinta minutos), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; às 09:30 (nove horas e trinta minutos), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um; ou às 10:30 (dez horas e trinta minutos), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Prestação de contas do exercício de 2021 dos órgãos de administração, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício social; c) parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa realizada pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC; d) demonstrativo dos resultados do exercício de 2021; II. Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para fundos obrigatórios; III. Fixação do valor das cédulas de presença e gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; IV. Fixação do valor global para pagamento dos honorários, das gratificações, da remuneração variável, em razão do cumprimento das metas e dos encargos sociais aplicáveis, dos membros da Diretoria Executiva; V. Outros assuntos de interesse social. A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os Delegados, que poderão participar e votar. Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <http://www.sicoobcoopvale.com.br>.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022.
Angelo Galatoli
Presidente do Conselho de Administração

ENERGIA

Com reservatórios cheios, mercado espera alívio na conta de luz

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A caixa-d'água do setor elétrico brasileiro inicia o período seco de 2022 com o maior volume de água desde 2012 e especialistas já projetam o fim da taxa extra na conta de luz em maio, com a adoção da bandeira verde na conta de luz após oito meses de cobrança da bandeira de escassez hídrica.

Segundo dados do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o nível médio dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste chegou a 63,3% em março, último mês do chamado período chuvoso. As duas regiões concentram cerca de 70% da capacidade de armazenamento de energia das hidrelétricas brasileiras.

O volume registrado em março é quase o dobro do registrado no mesmo mês de 2021, ano em que o país sofreu risco de racionamento de energia. "O período chuvoso foi muito bom para o setor elétrico", diz o ex-presidente do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata. "O Brasil não vive mais risco de racionamento de energia."

A recuperação é fruto das fortes chuvas de verão, que causaram estragos e mortes na Bahia, em Minas Gerais e na região serrana do Rio de Janeiro. Reflete também estratégia adotada pelo governo para enfrentar a crise hídrica, com o acionamento de térmicas mais caras

que pressionaram a conta de luz nos últimos meses.

Com a melhora no nível dos reservatórios, o preço da energia no mercado atacadista está hoje em R\$ 55,70 por MWh (megawatt-hora), o menor valor possível no sistema atual. No auge da crise, passou três meses no teto estabelecido para 2021, de R\$ 583,88 por MWh.

"Como a incidência de chuvas foi bastante superior à temporada anterior, as projeções indicam cenários mais favoráveis para atendimento eletroenergético", diz o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), que ainda finaliza balanço sobre o período úmido.

O operador diz que, diante do cenário, o país já reduziu o uso de térmicas a apenas um terço do que foi necessário em setembro. "E a tendência é reduzir ainda mais", afirmou, em nota enviada à reportagem.

Nesta sexta-feira, por exemplo, apenas 6,7% do volume de energia gerada no país veio desta fonte, mais cara e poluente. No auge da crise, a dependência de térmicas chegou a superar os 20%.

"Começamos o período seco em uma situação bem melhor que ano passado, o que nos deu mais tranquilidade na segurança de suprimento e permitir o retorno da bandeira verde", diz Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR Energy, que ajudou a bolar o plano de racionamento de 2001.

Os consumidores de baixa renda, que não foram afetados pela criação da bandeira de escassez hídrica, estão há quatro meses sem taxa extra na conta de luz. O restante dos consumidores ainda pagará mais um mês os R\$ 14,20 por 100 kWh (quilowatts-hora) cobrados excepcionalmente desde setembro.

Apesar da expectativa de alívio com a taxa extra, a conta de luz seguirá pressionada pelo elevado uso de térmicas em 2021, que justificou a concessão de um empréstimo de R\$ 5,3 bilhões ao setor, e pela decisão de contratar usinas emergenciais para tentar encher os reservatórios nos próximos anos.

Essas usinas foram contratadas em leilão realizado em outubro para entregar 775 MW (megawatts) médios entre 2022 e 2025 ao custo total de R\$ 39 bilhões. O processo foi criticado na época por especialistas e pela indústria por garantir aos projetos altos níveis de geração de energia mesmo em períodos de reservatórios cheios.

O governo justificou a encomenda dizendo que precisava reforçar os reservatórios para evitar riscos de racionamento nos próximos anos, mas agora com as hidrelétricas já em boas condições, os projetos se mostram desnecessários, segundo especialistas do setor.

"Está na hora de fazer uma conta e ver se vale desconstratar isso", diz Barata.

IMPOSTO

Decreto mantém redução do IPI em 25%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Por mais um mês, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) continuará com corte de 25%. O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que mantém a redução nesse percentual pelos próximos 30 dias, informou a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O decreto saiu em edição extraordinária do Diário Ofi-

cial da União e contraria anúncios recentes do ministro da Economia, Paulo Guedes. Há duas semanas, o ministro anunciava a ampliação do corte para 33%.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República informou que a medida manterá os estímulos econômicos de setores afetados pela pandemia da covid-19. "Com a proposta, será possível manter os estímulos à economia, afet-

tada pela pandemia provocada pelo coronavírus, com a finalidade de assegurar os níveis de atividade econômica e o emprego dos trabalhadores. Dessa forma, espera-se promover a recuperação econômica do país", destacou o comunicado.

O decreto entrará em vigor imediatamente e não depende da aprovação do Congresso Nacional.

Desde fevereiro, o IPI está com redução de 25%, como

medida de estímulo à economia. Na época, o Ministério da Economia informou que a alta da arrecadação decorrente da recuperação econômica permitiria ao governo abrir mão de receitas e promover o desconto no imposto, que incide sobre produtos fabricados como carros, geladeiras, fogões e outros.

Questionado sobre a manutenção do corte do IPI, o Ministério da Economia não se manifestou.

COVID-19

RJ segue em bandeira verde, com baixo risco

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro segue, pela quarta semana consecutiva, em bandeira verde para Covid-19, o que representa risco muito baixo para a doença. O anúncio foi feito nesta sexta-feira pela Secretaria de Estado de Saúde e consta na 75ª edição do Mapa de Risco da Covid-19. A análise faz um comparativo entre a décima semana epidemiológica deste ano, de 6 a 12 de março, e a décima segunda semana, de 20 a 26 de março.

O mapa desta semana mostra que a região da Baía de Ilha

Grande, Metropolitana I, Metropolitana II, do Norte e da Baixada Litorânea se encontram em bandeira verde. Já as regiões do Médio Paraíba, de Serra, do Centro Sul e do Noroeste permanecem com bandeira amarela (risco baixo).

Segundo o secretário de Estado de Saúde, Alexandre Chieppe, o cenário epidemiológico da doença no estado vem se mantendo em queda sustentável, mas não se deve abrir mão dos reforços de vacinação.

“Estamos, pela quarta semana consecutiva, em bandeira verde, com baixo risco para a doença. Apesar do cenário

mais tranquilo, precisamos continuar avançando na vacinação contra a covid-19. Quem ainda não tomou a dose de reforço deve procurar um posto de saúde para receber a imunização o quanto antes”, ressaltou Chieppe.

No período analisado, o número de internações caiu 85%, saindo de 53 para oito. Os óbitos reduziram 68,2%, passando de 66 para 21. Os indicadores apontam que, no período de 22 a 29 de março, a taxa de positividade para covid-19 em testes RT-PCR foi de 2%. Na quinta-feira passada, a taxa de ocupação de leitos para a doença esta-

va em 23,9% para unidade de terapia intensiva (UTI) e 14,8% para enfermaria.

A média móvel de atendimentos em unidades de pronto atendimento (UPA) no período de 24 a 30 de março foi de 361 casos. O dado corresponde a uma queda de 7,8% nos atendimentos de síndrome gripal nos últimos 14 dias. A média de solicitações de internação no mesmo período foi de nove pedidos, o que indica uma queda de 17%. Já a média da fila de espera para internação no período de 24 a 30 de março foi de quatro pessoas, indicando uma queda de 37% nos últimos 14 dias.

Governo deixa de atualizar dados da Covid-19 nos fins de semana

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

Com a queda dos indicadores epidemiológicos referentes à pandemia de Covid-19, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) anunciou que não irá mais atualizar os dados aos fins de semana e feriados. Os números de casos e óbitos e as taxas ocupação de ocupação de leitos serão divulgados apenas de segunda a sexta-feira. Assim, os registros do

sábado, do domingo e dos feriados entrarão nas informações públicas sempre no dia útil subsequente.

Os dados referentes à doença podem ser acessados no painel virtual mantido pela SES-RJ. De acordo com o consolidado da terceira semana de março, o número de internações caiu 68,33% e os óbitos reduziram 68,23%. Nos últimos dias, de cada 100 testes realizados em unidades de saúde do estado, ape-

nas dois davam positivos.

Em nota, a SES-RJ afirma que, além da queda sustentada dos indicadores, um estudo realizado pelo seu Centro de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde apontou que o fluxo de dados comunicados pelos 92 municípios do estado é maior às quartas e quintas-feiras. Segundo o órgão, essa observação sobre a rotina semanal nas prefeituras reforça a decisão da equipe técnica

em relação à atualização dos dados de segunda a sexta-feira, como já acontece com outras doenças.

"O maior volume de dados é inserido no sistema durante a semana e em menor proporção aos finais de semana. A mudança não vai impactar nos dados epidemiológicos do estado, uma vez que para análise dos cenários são utilizados os registros por data de ocorrência", acrescenta a nota.

TEMPORAL

Garis do Rio suspendem paralisação temporariamente por causa das chuvas

AKEMI NITAHARA/ABRASIL

Os garis do Rio de Janeiro, em greve desde segunda-feira passada, decidiram suspender a paralisação temporariamente, devido aos estragos provocados pelas fortes chuvas que caíram na cidade no fim da noite de quinta-feira.

O presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro (Siemaco-Rio), Manoel Meireles, comunicou a categoria por áudio que a greve está suspensa até 0h segunda-feira desta segunda-feira.

"Atenção companheiros da Comlurb - Companhia Muni-

pal de Limpeza Urbana - que estamos em greve. Vamos suspender a greve até 0h de segunda-feira por causa da chuva que está caindo no Rio de Janeiro, vamos ajudar a população", diz Meireles no áudio distribuído aos trabalhadores.

Segundo o sindicato, o movimento será retomado na segunda-feira "caso a prefeitura não apresente uma solução satisfatória para os funcionários da Companhia".

CHUVAS

As fortes chuvas começaram na noite de quinta e o município entrou em estágio de atenção às 22h, avançando para estágio de

alerta às 23h15, devido ao registro de chuva acima de 60 mm em 1h nas estações Guaratiba (128,4 mm), Jardim Botânico (67,6 mm) e Alto da Boa Vista (65,8 mm). O estágio de atenção foi retomado à 1h30, com a ausência de previsão de chuva para as horas seguintes, e está em estágio de mobilização desde 6h15, com a redução do acumulado de chuvas.

De acordo com o Centro de Operações da Prefeitura, houve queda de arvoredos no Flamengo, na Tijuca, no Engenho Novo e em Santo Cristo, além de um deslizamento de pedra no Alto da Boa Vista. Bolsões de água se formaram em 57 locais, em todas as regiões da cidade, mas as

ocorrências já foram finalizadas.

Os maiores acumulados de chuva em 15 minutos foram registrados em Guaratiba (39,4mm entre 22h30 e 22h45), no Alto da Boa Vista (33,2mm entre 22h45 e 23h) e na Barra/Barrinha (31,0mm entre 23h e 23h15). Em uma hora, os maiores acumulados foram em Guaratiba (125,6mm entre 23h e 23h15), Grota Funda (85,2mm entre 23h15 e 23h30) e no Jardim Botânico (75,2mm entre 23h e 23h15).

O registro de Guaratiba corresponde ao maior acumulado em uma hora de toda a série histórica do Alerta Rio, iniciada em 1997.

HABITAÇÃO

Castro entrega creche em Teresópolis e anuncia a construção de 500 moradias

Durante visita a Teresópolis, na Região Serrana Fluminense, na quarta-feira passada, o governador Cláudio Castro anunciou a construção de 500 unidades habitacionais no Conjunto Ermitage em Teresópolis. As obras vão se somar às 1.600 casas já existentes no local, que abrigam famílias vítimas da tragédia das fortes chuvas em 2001. Na ocasião, Castro entregou a creche infantil construída pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), com investimentos de cerca de R\$ 5,5 milhões.

"O Casa da Gente é o maior programa de habitação que o Rio de Janeiro já teve. Vamos construir e reformar 50 mil unidades habitacionais em todo o estado nos próximos cinco anos, um investimento de R\$ 6,5 bilhões. A construção de mais 500 residên-

cias para Teresópolis representa muito mais do que a realização dos sonhos dessas famílias. Significa devolver dignidade à população", disse o governador.

As novas 500 unidades serão divididas em quatro conjuntos: cada unidade habitacional do "Ermitage II" terá área de 47,9 metros quadrados. Todos terão espaço de lazer, que reúne quadra, centro comunitário, churrasqueira e academia da terceira idade. O edital será publicado em até 90 dias pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, que vai investir cerca de R\$ 98 milhões.

O secretário Max Lemos ressaltou a importância do programa para diminuir o déficit habitacional no estado.

"O Casa da Gente vem para isso. Vamos levar solução para quem precisa realmente de um lar para sua família. Projetos parados há anos estão sendo reinici-

ados. Afinal, por trás da burocracia, existe dinheiro público investido e, principalmente, pessoas que precisam urgentemente de moradia. Em Teresópolis, as famílias esperam há mais de 11 anos. Enfim, podem renovar as esperanças", destacou o secretário.

Segurança Presente e melhorias em infraestrutura

O governador também lançou a Operação Segurança Presente na cidade serrana, a 39ª base do programa no estado. O reforço no policiamento acontecerá diariamente, das 8h às 20h, por 17 policiais militares. O patrulhamento será feito a pé, em motos e em viaturas nas áreas comerciais do Centro de Teresópolis. A base ficará na Rua Manoel Nóbrega s/nº - no bairro Várzea.

Mais cedo, Castro visitou as obras da RJ-130, importante liga-

ção entre as cidades de Teresópolis e Friburgo. Capitaneada pela Secretarias das Cidades - com um investimento de aproximadamente R\$ 63 milhões, as obras tiveram início em dezembro do ano passado e devem ser concluídas no final de 2022. Os quase 70 quilômetros de extensão da rodovia passam por obras de pavimentação, melhorias na rede de drenagem, recuperação do meio-fio, entre outras intervenções.

O governador autorizou ainda o início das obras da rodoviária de Teresópolis e assinou o termo de compromisso para reforma da Feira de Artesanato de Teresópolis. O projeto executivo da rodoviária será feito por empresa contratada pelo Estado em licitação prevista para os próximos dias. Serão feitas melhorias de urbanização, recuperação de fachadas, padronização de letreiros e reforma dos banheiros.

PORTO VELHO SHOPPING 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME nº 44.415.053/0001-49 - NIRE 33.2.1167244-8
INSTRUMENTO PARTICULAR DE RERATIFICAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA "PORTO VELHO SHOPPING 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.": Pelo presente instrumento particular, VINCI SHOPPING CENTERS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII, CNPJ/ME nº 17.554.274/0001-25, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, habilitada para administração de fundos de investimentos conforme ato declaratório expedido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 11.784, de 30/06/2011, por seu administrador Sr. RODRIGO MARTINS CAVALCANTE, brasileiro, casado, contador, portador da C.I. RG nº 24.217.492-9 SSP/SP, CPF/ME nº 169.132.578-30, com endereço comercial na cidade de SP/SP, na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011 ("Sócio"), na qualidade de único sócio da PORTO VELHO SHOPPING 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na RJ/RJ, na Rua Bartolomeu Mitre, nº 336 - sala 701, Leblon, CEP 22431-002 CNPJ/ME nº 44.415.053/0001-49, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1167244-8 ("Sociedade"), resolve promover a rratificação da 1ª alteração do Contrato Social da Sociedade, realizada em 30/11/2021, registrada perante a JUCERJA sob o nº 00004678272 em sessão de 30/12/2021 ("Alteração Contratual") ("Rratificação") mediante as seguintes deliberações, todas tomadas por unanimidade: **CLÁUSULA PRIMEIRA - RETIFICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL:** 1.1. Aprovar a rratificação (e consequente substituição) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e Desproporcional da PORTO VELHO SHOPPING S.A., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do RJ, na Avenida das Américas, nº 7.777 subsolo 01, Barra da Tijuca, CEP: 22793-081, CNPJ/ME nº 08.781.731/0001-23, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.0028189-4 ("PVS") com a incorporação da parcela cindida pela Sociedade, devidamente celebrado pelas administrações da Companhia e PVS1 no dia 30/11/2021 ("Protocolo"), conforme deliberado no item 1.1 da Alteração Contratual, uma vez que, por um lapso: (i) o valor da redução do capital social da PVS aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da PVS realizada em 30/11/2021, às 8:00 horas, registrada perante a JUCERJA sob o nº 00004678681 em sessão de 30/12/2021 ("AGE") e refletido no Protocolo (conforme previsto nos itens 4.1.2(i), 4.1.3 e 4.2) constou errado, devendo-se considerar um valor de redução a menor de R\$ 164.188.866,41 (cento e sessenta e quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos) ao invés de R\$ 173.112.912,10 (cento e setenta e três milhões, cento e doze mil, novecentos e doze reais e dez centavos), passando, portanto, o capital social da PVS, antes da respectiva deliberação, de R\$ 296.498.196,44 (duzentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 132.309.330,03 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e nove mil, trezentos e trinta reais e três centavos), mediante cancelamento de 97.102.203 (noventa e sete milhões, cento e dois mil, duzentas e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da PVS, todas de titularidade da acionista Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII, que deixou de ser acionista da Companhia na respectiva AGE. (ii) não constou, no Anexo B (Descrição dos bens integrantes da Parcela Cindida) do respectivo Protocolo, os valores individualizados das matrículas de n.ºs 78.318 a 78.351 abertas no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho - RO ("Matrículas dos Imóveis"), relacionadas à fração correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do Porto Velho Shopping. 1.2. Em decorrência da deliberação aprovada no item 1.1.(i) acima, foi aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª - O capital social é de R\$ 164.188.866,00 (cento e sessenta e quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais), dividido em 164.188.866 (cento e sessenta e quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, totalmente deitas pelo único sócio Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII.**" 1.3. Não obstante as retificações aprovadas acima, são expressamente ratificadas todas as demais deliberações ora aprovadas na Alteração Contratual, especialmente a operação de cisão parcial e desproporcional da PVS, com a incorporação de sua parcela cindida pela Sociedade, as quais permanecem inalteradas e produzindo efeitos legais desde a sua aprovação pelo Sócio da Sociedade, em 30/11/2021. 1.4. Depois de examinado e discutido, aprovar a íntegra do novo Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e Desproporcional da PVS, o qual passa a ter a redação ratificada no Anexo I do presente instrumento, em substituição integral ao antigo texto do Protocolo aprovado na Alteração Contratual, de maneira a contemplar as deliberações constantes dos itens aprovados acima. 1.5. O Sócio autoriza a prática, pelos administradores da Sociedade, de todos e quaisquer atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, bem como aqueles referentes ao arquivamento e publicação dos atos societários e às averbações necessárias junto aos registros públicos competentes. E, por estar assim justo e acordado, assina o presente instrumento em 02 (duas) de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. Rio de Janeiro, 30/12/2021. VINCI SHOPPING CENTERS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII, por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., por seu administrador RODRIGO MARTINS CAVALCANTE. Juceja nº 4784537 em 23/02/2022.

PORTO VELHO SHOPPING 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME nº 44.415.053/0001-49 - NIRE 33.2.1167244-8
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA "PORTO VELHO SHOPPING 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.": Pelo presente instrumento particular, VINCI SHOPPING CENTERS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII, CNPJ/ME nº 17.554.274/0001-25, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357/18-1, em sessão de 29/08/2018 e CNPJ/ME nº, com sede na Rua Iguatemi, nº 151-19º andar parte, Itaim Bibi, SP/SP, CPE 01451-011, neste ato representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.392.655, e seu estatuto social consolidado através da ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 22/01/2018, registrada na JUCESP sob o nº 413.357

UNIÃO BRASIL

Grupo de ACM diz que vai impugnar filiação de Moro

JULIA CHAIB/FOLHAPRESS

O secretário-geral da União Brasil, ACM Neto, e outros oito dirigentes do partido afirmaram que vão entrar com um pedido para invalidar a filiação do ex-juiz Sergio Moro.

A decisão ocorre após Moro afirmar, na tarde desta sexta-feira, que não "desistiu de nada", um dia após abrir mão da candidatura presidencial. O ex-juiz afirmou que não disputará uma vaga de deputado pela legenda.

"Vamos apresentar, ainda hoje, um requerimento de impugnação da filiação dele. Será assinado pelos 8 membros com direito a voto no partido, o que corresponde a 49% do colegiado. A filiação, uma vez impugnada, requer 60% para ter validade", disse Neto.

Segundo integrantes da União Brasil, o estatuto da sigla determina que toda decisão deve ser colegiada e precisa de pelo menos 60% da executiva nacional para ser referendada.

Ou seja, já que Neto diz ter 49% do total da direção, não seria possível à outra ala conseguir

apoio suficiente para manter a filiação de Moro.

O ex-magistrado filiou-se à União Brasil na quinta-feira passada e afirmou, em nota, que abria mão, "nesse momento", de sua pré-candidatura à presidência.

O gesto ocorreu como forma de driblar a resistência à sua entrada no partido. Mas, como o jornal Folha de S.Paulo mostrou, aliados de Moro admitiam sob reserva que ele não havia desistido do plano de concorrer ao Palácio do Planalto.

O ex-juiz chegou a redigir uma primeira nota informando a respeito da filiação no partido, mas que não mencionava a desistência na corrida pelo Palácio do Planalto.

Esse primeiro documento chegou às mãos de integrantes da ala do partido que resiste ao ex-ministro, capitaneada pelo secretário-geral do partido, ACM Neto (BA). Insatisfeito com o teor do texto, o grupo decidiu divulgar posicionamento com veto à candidatura presidencial do ex-ministro.

No documento, eles dizem respeitar a trajetória de Moro e

dizem que ele pode "contribuir para o cenário político nacional", mas não na disputa pelo Palácio do Planalto.

"Entretanto, deixamos claro que o seu eventual ingresso à União Brasil não pode se dar na condição de pré-candidato à Presidência da República", diz a nota, também assinada por Efraim Filho, 1º secretário do partido, José Agripino Maia (vice-presidente), Ronaldo Caiado, professora Dorinha, Mendonça Filho, Davi Alcolumbre e Bruno Reis, todos vice-presidentes do União Brasil.

"Caso seja do interesse de Moro construir uma candidatura em São Paulo pela legenda, o ex-ministro será muito bem-vindo. Mas, neste momento, não há hipótese de concordarmos com sua pré-candidatura presidencial pelo partido", continua a nota.

Em nota, o deputado Alexandre Leite (União Brasil), tesoureiro da União Brasil em São Paulo, afirmou que a filiação de Moro ocorreu com a "concordância" de que ele faria um projeto para o estado, que incluiria a disputa ao Senado, a deputado

federal ou estadual.

"Em caso de insistência em um projeto nacional, o partido vai impugnar a ficha de filiação de Moro", disse o parlamentar.

A investida da ala composta por integrantes da União Brasil oriunda do DEM é atacada por outro grupo que é entusiasta da candidatura presidencial de Moro.

"Um partido não pode tratar um filiado desta forma. Um filiado entra sem nenhuma segurança ou certeza (de qual cargo vai disputar). Ele é um ativo, um trunfo eleitoral, que vai gerar dividendos para o partido. Não pode criar relação que não seja dentro de uma harmonia e maturidade", diz o deputado Júnior Bozella (União Brasil-SP).

Em meio às divergências com uma ala de seu partido, ACM Neto recebeu convite do PSDB nesta sexta-feira para se filiar à sigla. O convite foi anunciado horas após a União Brasil chamar o governador paulista, Rodrigo Garcia (PSDB), para mudar de partido, um dia após vai-vém de João Doria (PSDB) que irritou aliados.

FANFARRÃO

Majoria do Supremo referenda cautelares contra Daniel Silveira

ANDRÉ RISCHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos para referendar a decisão do ministro Alexandre de Moraes que estabeleceu medidas cautelares contra o deputado federal Daniel Silveira (União Brasil-RJ).

Na quarta-feira passada, o ministro fixou multa diária de R\$ 15 mil e mandou bloquear todas as contas bancárias do parlamentar para garantir o pagamento da penalidade no caso de descumprimento da decisão que obrigou a utilização de tornozeleira eletrônica.

Alexandre de Moraes também abriu um inquérito pelo crime de desobediência de ordem judicial.

Na quinta-feira passada, o deputado compareceu à Polícia Federal em Brasília e fez a instalação do equipamento.

O julgamento está ocorrendo em ambiente virtual, no qual os ministros depositam seus votos de forma eletrônica, sem a necessidade de reunião presencial.

Até o fechamento, seis mi-

nistros seguiram o voto de Moraes. Votaram nesse sentido os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso.

É a segunda vez que o deputado é obrigado a usar o equipamento. Em 2021, Silveira passou a usar a tornozeleira após deixar a prisão, que também foi determinada pelo ministro.

Na semana passada, Moraes determinou a volta da utilização do monitoramento eletrônico, mas a PF não conseguiu cumprir a medida.

A nova decisão a favor do monitoramento, proferida no último dia 25, foi motivada por um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Em manifestação enviada ao STF, a procuradoria argumentou que Silveira continua a apresentar "comportamento delitivo" ao proferir, em público, "inúmeras ofensas" contra ministros do Supremo e ao próprio tribunal.

Na quarta-feira passada, o deputado chegou a dormir em seu gabinete e se recusou a colocar a tornozeleira.

PSDB

Bruno Araújo diz que Doria depende de alianças e dá aval a gestos de Leite

CAROLINA LINHARES/FOLHAPRESS

O presidente do PSDB, Bruno Araújo, afirmou nesta sexta-feira que a candidatura presidencial de João Doria (PSDB) depende da aliança com outros partidos para se concretizar. Por outro lado, disse que o comportamento de Eduardo Leite (PSDB), que também busca a candidatura ao Planalto, é do

jogo político.

O dirigente admitiu ainda que existe forte oposição interna na sigla à candidatura de Doria.

"O partido está unido no propósito de construir uma candidatura. Claro que há uma discordância em relação à candidatura de João Doria, porque é evidente o grau de oposição interna. Mas temos um jogo a ser jogado, primeiro com as prévias,

e agora na busca dessa unidade dentre o conjunto de todos os candidatos."

Doria, por sua vez, minimizou. "Não há nenhum clima de hostilidade a ninguém. Há um clima de busca de entendimento, isso é normal no período que antecede a campanha."

Doria, agora ex-governador de São Paulo, ameaçou não renunciar ao cargo para forçar um movimento de apoio do

PSDB à sua candidatura, o que ocorreu na quinta-feira passada. Araújo lembrou a jornalistas, porém, que o fato de Doria ser o pré-candidato do PSDB não garante que ele será o nome da terceira via.

PSDB, Cidadania, União Brasil e MDB já tinham um acordo prévio para definir um candidato único, que pode ser Doria, Simone Tebet (MDB), Luciano Bivar (União) ou até mesmo Leite.

PAULO SÉRGIO

General assume Ministério da Defesa

O general Paulo Sérgio Nogueira assumiu o comando do Ministério da Defesa, nesta sexta-feira, durante cerimônia de transmissão de cargo na sede da pasta, em Brasília (DF). O evento contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro e dos comandantes da Marinha, Almir Garnier Santos; do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior..

Nogueira substitui o também general Walter Braga Netto, que assumirá um cargo na assessoria especial do presidente da República. Braga Netto é cotado para concorrer às eleições como candidato à vice-presidência na chapa de reeleição de Bolsonaro.

Nogueira ingressou na força pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1977, tornando-se aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 1980.

COVID-19

Vacinas usadas no Brasil contra Covid elevam proteção contra reinfecções

A imunização com as vacinas contra Covid-19 utilizadas no Brasil aumenta a proteção mesmo nas pessoas que já tiveram casos da doença previamente, mostra um estudo publicado na última quinta-feira na revista Lancet por pesquisadores do projeto Vigivac, da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). O estudo indica que a vacinação reduz, principalmente, a ocorrência de hospitalizações e óbitos.

Os pesquisadores constataram que a efetividade dos imunizantes contra internação ou morte, 14 ou mais dias após a conclusão do esquema vacinal, foi de 81,3% para a CoronaVac, 89,9% para a AstraZeneca, 57,7% para a Janssen e 89,7% para a Pfizer. Já contra quaisquer casos sintomáticos, foi encontrada uma efetividade de

39,4% para a CoronaVac, 56% para a AstraZeneca, 44% para a Janssen e 64,8% para a Pfizer.

"Muitos países recomendam que uma dose é suficiente para indivíduos previamente infectados. Nós constatamos que uma segunda dose de CoronaVac, AstraZeneca e Pfizer garantiu uma proteção adicional significativa contra infecções sintomáticas e casos severos", afirma o artigo, que acrescenta que há uma queda de anticorpos nos nove meses seguintes à recuperação dos pacientes e que uma exposição repetida ao antígeno, por meio da vacinação, é capaz de aumentar a diversidade de anticorpos e a proteção contra variantes.

"Consideradas conjuntamente, essas descobertas podem ajudar a explicar os benefícios adicionais de uma segunda

dose entre indivíduos que foram previamente infectados, apesar da resposta imune robusta produzida pela primeira dose".

Para realizar a pesquisa, os cientistas identificaram cerca de 213 mil pessoas com sintomas que realizaram teste RT-PCR ao menos 90 dias após uma infecção inicial pelo coronavírus e também após o início do programa de vacinação. Nesse universo, foram constatadas 30.910 pessoas com casos confirmados de reinfecção pelo SARS-CoV-2.

A análise teve como base os dados nacionais de notificação, hospitalização e vacinação de Covid-19, no período de 24 de fevereiro de 2020 a 11 de novembro de 2021, anterior à chegada da variante Ômicron ao Brasil.

O artigo pondera que a metodologia utilizada tem limitações, como a impossibilidade de

comparar a efetividade de acordo com a faixa etária, já que a idade média das pessoas analisadas era de 36 anos, com 75% do público em idade inferior a 45 anos.

Outro ponto levantado é que as vacinas foram introduzidas no calendário em períodos diferentes, o que pode fazer com que a efetividade daquelas aplicadas mais cedo saia prejudicada na comparação com as que foram aplicadas mais tarde, uma vez que a imunidade tende a cair com o tempo.

Os pesquisadores também não dispunham de dados sobre qual variante havia causado cada caso, o que também poderia afetar a efetividade, e ponderaram ainda que pode haver diferenças na precisão dos testes RT-PCR usados em diferentes partes do país.

Nota

DATENA SE FILIA AO PSC E TROCA RODRIGO GARCIA POR TARCÍSIO DE FREITAS

O apresentador de TV José Luiz Datena filiou-se ao PSC para disputar o Senado. Como mostrou a coluna Paineis, do jornal Folha de S.Paulo, Datena reagiu com indignação à possibilidade de João Doria (PSDB) desistir da candidatura presidencial e permanecer no comando do estado. Doria depois desistiu do recuo e manteve a candidatura federal. Antes da ruptura, Datena tinha o projeto de ser candidato ao Senado na chapa de Doria e de Rodrigo Garcia (PSDB), que concorrerá ao Governo de São Paulo. Seu novo partido, o PSC, apoiará o candidato de Jair Bolsonaro, Tarcísio de Freitas (ministro da Infraestrutura). Datena estava no União Brasil

e confirmou a troca partidária à reportagem. "Comunicamos a filiação do jornalista e apresentador José Luiz Datena ao Partido Social Cristão (PSC), que em nome do seu presidente estadual, deputado federal Gilberto Nascimento, já declarou apoio à pré-candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao governo de São Paulo. Datena coloca seu nome à disposição da coligação para concorrer ao Senado Federal", diz o PSC, em nota. Antes que Doria anunciasse que manteria sua candidatura presidencial nesta quinta-feira (31), Datena criticou a ideia do tucano de continuar no Governo de São Paulo. "Acho um movimento completamente equivocado do Doria se ele fizer isso, porque passa de traído a traidor do [Rodrigo] Garcia. Implode a candidatura dele [a governador]", afirmou à reportagem.

STF

Congresso não conseguiu detalhar dados de emendas

O Congresso informou ao STF (Supremo Tribunal Federal), em documento protocolado nesta sexta-feira, que não conseguiu informar todos os dados de parlamentares beneficiados em 2020 e 2021 pelas emendas de relator. O prazo ia até março. Conhecidas pelo código RP9, essas verbas são utilizadas como moeda de negociação política pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

Segundo o Legislativo, já foram oficiados diretamente todos os deputados e senadores para que "indiquem quais emendas de RP9 contaram com os seus respectivos apoios nos exercícios financeiros de 2020 e 2021", mas os dados ainda não estão completos.

"Todo o exposto demonstra que o Congresso Nacional tem adotado medidas para assegurar transparência à execução das emendas de resultado primário RP9 (emendas de Relator-Geral), apesar da inexistência de obrigação legal prévia para o registro documental das indicações", informa o documento encaminhado à corte, da Advocacia-Geral do Senado.

A ministra Rosa Weber, relatora do caso, havia negado no último dia 18 pedido do Congresso para estender por mais 90 dias o prazo para que as informações fossem apresentadas.

A magistrada já havia ampliado, em dezembro, de 30 para 90 dias o prazo para que essas informações fossem apresentadas pelo Legislativo.

O Congresso, porém, pediu

em março que esse prazo de 90 dias fosse renovado por outros 90 dias. Segundo o Legislativo, em 8 de março, o relator-geral do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (União Brasil-AC), informou que não foi possível concluir os trabalhos de compilação das informações. A justificativa é que a tarefa seria complexa e que não há um banco de dados organizado sobre o tema.

Segundo a advocacia do Senado, que fez o pedido, além das razões do relator, houve o recurso parlamentar nesse período e não há um procedimento neste caso determinado por lei.

Rosa Weber, porém, não aceitou as justificativas. "Não vislumbro razões legítimas e motivos razoáveis para prorrogar, uma vez mais, o prazo estabelecido para o cumprimento das determinações veiculadas pelo plenário desta corte, ainda mais considerada a ausência de fato novo capaz de justificar a adoção de tal medida extraordinária", disse, em sua decisão.

"Com efeito, todas as circunstâncias apontadas pelo Congresso Nacional como fundamentos para a dilação do prazo já foram consideradas por esta Suprema Corte à época do julgamento ocorrido em 17.12.2021, no qual o plenário dessa casa definiu como lapso temporal adequado e suficiente o prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos necessários à implementação das medidas determinadas por este Supremo Tribunal."

CONTAS

Falta de valor em contratos leva TCM a cobrar Prefeitura

FÁBIO PESCARINI/FOLHAPRESS

O Tribunal de Contas do Município (TCM) pediu explicações à Prefeitura de São Paulo sobre 25 contratos emergenciais com informações incompletas firmados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Siurb). Neles não consta uma indicação de valores.

O conselheiro Eduardo Tuma, vice-presidente do tribunal e responsável pela fiscalização dos contratos da pasta, deu 24 horas para a secretaria da gestão Ricardo Nunes (MDB) explicar a falta de informações.

O prazo terminaria na quinta-feira passada, e a secretaria disse que, na última quarta, respondeu sobre seis deles. Para os demais, solicitou mais prazo.

Em nota, a Siurb disse que, por se tratar de ações emergenciais, estão em fase de aprovação de projeto e elaboração da planilha de custos. "Por esse motivo ainda não têm valor definido", afirmou.

O ofício do TCM determina que a secretaria envie cópias dos levantamentos técnicos e ações realizadas, planejamento e cronograma das obras, valores estimados, prazo de vigência e custos envolvidos, referentes às contratações.

Os 25 contratos emergenciais fazem parte de um pentafino com um total de 147 da secretaria analisados pelo tribunal, de 2019 a 2022.

Ao todo, segundo o TCM, os 122 contratos emergenciais com valores identificados desde 2019 somam R\$ 627,4 milhões.

Segundo a prefeitura, os 25 contratos são para obras emergenciais em escolas, em vias públicas, em áreas de risco e contra enchentes.

Dos que já foram explicados ao TCM, o com maior valor, de R\$ 23,4 milhões, foi assinado para realização de obras no córrego Lajeado, na região do Itaim Paulista, na zona leste da capital. Reclamações de inundações são comuns no local.

De acordo com o tribunal, a média dos contratos emergenciais assinados pela pasta é de R\$ 5,12 milhões.

Segundo o período analisado, o valor médio dos contratos emergenciais da Siurb cresceu anualmente. A maior alta foi em 2022, comparando com o ano passado, quando a média subiu 81%, passando de R\$ 5,8 milhões para cerca de R\$ 10,6 milhões.

Questionada sobre o aumento no valor, a secretaria disse que "por se tratar de índice extremamente subjetivo, não deve ser aplicado a obras de infraestrutura".

Por causa da falta de informações nestes documentos, o TCM está preparando uma instrução normativa que prevê a disponibilização de dados das contratações emergenciais de maior relevância na cidade antes da celebração dos respectivos contratos.

"A medida busca possibilitar a atuação do controle externo, desde o momento em que for apontada pelos técnicos da prefeitura a necessidade da contratação emergencial", afirmou o TCM em nota.

O mecanismo terá como alvo contratações com valor igual ou superior à média de gastos desse tipo de contrato nos últimos cinco anos. No caso, cerca de R\$ 5 milhões.

"Além disso, está previsto o envio do levantamento técnico e ação realizada para a constatação da emergência, bem como o planejamento e cronograma de obras, custos envolvidos e o prazo de vigência", disse trecho da nota.

Na última quinta-feira, conselheiros do tribunal, vereadores e representantes da própria secretaria discutiram a implantação da norma.

A secretaria afirmou em nota que se comprometeu a informar ao TCM sobre a assinatura de todos os contratos emergenciais, não apenas os com valor superior a R\$ 5 milhões.

EUA

Câmara baixa retira maconha da lista de 'drogas perigosas'

A Câmara baixa do Congresso dos Estados Unidos aprovou nesta sexta-feira um projeto de lei para eliminar a maconha da lista federal de drogas perigosas, um passo histórico em direção à sua descriminalização já em vigor em muitos estados.

A Lei de Eliminação e Reinvestimento de Oportunidades da Maconha (MORE) foi aprovada com 220 votos a favor sobre 204 contra.

Esta foi a segunda vez que o texto foi apresentado à Câmara de Representantes.

Ele havia sido aprovado em dezembro de 2020 pela maioria democrata, mas nunca foi apresentado ao Senado, então controlado pelos republicanos.

A Lei MORE descriminalizaria em nível federal a posse, venda e produção de maconha, atualmente considerada pela Drug Enforcement Agency (DEA) como equivalente ao LSD, cocaína e heroína, apesar de mais de três quartos dos estados dos EUA terem legalizado seu uso para fins médicos e um terço para fins recreativos.

Também anularia as condenações federais por delitos de drogas, que os defensores dizem que leva a prisões em massa, que afetam principalmente as minorias.

A regra também introduziria um imposto de 5% sobre a venda de maconha e seus derivados para financiar o atendimento e a reintegração das vítimas, em sua maioria afro-americanos, da guerra às drogas.

O texto "considera a maconha um problema de saúde pública e não um crime e serviria para corrigir o alto custo que sua criminalização causa em comunidades desfavorecidas e de cor", disse o democrata Jerrold Nadler, principal autor da proposta.

A organização defensora da maconha NORML comemorou o resultado da votação, dizendo que "já é hora de deixar de castigar adultos por consumir uma substância que é objetivamente mais segura que o álcool".

Para Aaron Smith, da National Cannabis Industry Association (NCIA), a lei também garantirá que "pequenas empresas e membros de comunidades marginalizadas que foram des-

proporcionalmente vítimas da proibição possam se beneficiar das oportunidades criadas por um mercado de maconha regulamentado". A proibição da maconha em nível federal dificulta a expansão de sua produção e seu comércio legal.

De acordo com o site de informações a favor da maconha Leafly, a indústria em expansão valia US\$ 25 bilhões e empregava 321.000 pessoas em 2021. Mas os bancos continuam relutantes em financiar produtores ou vendedores por medo de serem processados por lavagem de dinheiro.

Além disso, os defensores do texto denunciam o custo financeiro e humano da guerra às drogas lançada na década de 1980 pelas autoridades americanas.

Os opositores ao texto, por sua vez, insistem nos perigos do vício, especialmente entre os jovens, e dos acidentes de trânsito por motoristas que a consumiram. "Muitas pessoas usam maconha, quando for legalizada em nível federal, ainda mais pessoas vão fazer isso e o nível de perigo aumentará", disse Cliff Bentz, legislador republicano de Oregon, um dos

principais estados produtores.

Uma emenda prevê 10 milhões de dólares em pesquisa por tecnologias que devem permitir às forças de ordem determinar se um condutor estiver sob efeito de cannabis.

Os parlamentares também aprovaram estudos de impacto da legalização da maconha nos locais de trabalho e escolas para "proteger crianças de qualquer efeito negativo" da reforma.

A iniciativa é muito popular nos Estados Unidos. De acordo com uma pesquisa do Pew Research Institute do ano passado, 91% dos americanos eram a favor da legalização da maconha.

Mas, na prática, se a lei fosse aprovada, a maconha não seria legal em todo o país, e os estados americanos ainda poderiam processar seus cidadãos sob a lei estadual.

A maconha já é legal em alguns países e, em dezembro de 2020, a Comissão de Entorpecentes da ONU (CND) também a removeu de sua lista de drogas mais perigosas, na qual estava há 59 anos e que desencorajava seu uso para fins médicos.

GUERRA

Argentina retoma discussão sobre abusos contra soldados das Malvinas

SYLVIA COLOMBO/FOLHAPRESS

O aniversário de 40 anos da Guerra das Malvinas, neste sábado, é marcado pela intensificação dos pedidos para o julgamento de militares argentinos na Corte Suprema do país por crimes contra a humanidade. Eles são acusados por ex-combatentes.

Na quinta-feira passada, o Ministério Público decidiu acrescentar casos de abuso sexual e de antissemitismo a um processo aberto ainda em 2007. Soldados que se recusaram a lutar - porque não se encontravam em condições de enfrentar as poderosas tropas britânicas, por falta de treinamento, de armas e até de alimentação - alegam terem sido torturados e obrigados a ir ao campo de batalha.

Em quatro décadas, julgamentos pontuais acabaram sem conclusão ou com a absolvição dos acusados. Nesses casos, a defesa dos militares afirmou que os supostos delitos deveriam ser tratados segundo o código militar, o que terminava com sua liberação ou, depois de um tempo, com a prescrição.

Há 15 anos, porém, alguns juízes passaram de modo isolado a considerar alguns desses casos como crimes contra a humanidade. Os casos, ainda sem conclusão, inspiraram outros, e os ex-combatentes então apresentaram um conjunto de mais de 170 denúncias de abusos. O pedido é para que eles sejam tratados como os que foram cometidos pelas Forças Armadas na ditadura - e julgados como tal.

Em dezembro, o tema passou a ser avaliado pela Corte Suprema, dando esperanças aos antigos soldados de que os julgamentos passem a ocorrer com mais volume e celeridade.

"Precisamos que o Poder Judiciário se coloque à altura dos que foram vítimas. A Guerra das Malvinas também foi parte das ações da ditadura", diz o ex-combatente Ernesto Alonso. "Os chefes militares que foram às Malvinas são os mesmos que comandaram os centros clandestinos de detenção e o aparato repressivo que vivemos de 1976 a 1983, quando ocorreram desaparecimentos, detenções e torturas."

Entre os principais abusos denunciados está o de amarrar soldados seminus em árvores, por um dia ou uma noite, nos acampamentos das ilhas, conhecidas pelo clima de intempéries e baixas temperaturas. Outros incluíam enterrar jovens oficiais até a cabeça e deixá-los assim por dias, sem comer, e atirá-los sem roupa nos lagos e rios gelados do arquipélago. Também teriam sido usados métodos que, na Argentina, eram adotados contra presos políticos em centros clandestinos de detenção, como surras e choques elétricos.

A Guerra das Malvinas foi desatada por parte da ditadura argentina, então liderada pelo general Leopoldo Galtieri. Como o regime imposto pelo golpe em 1976 vinha caindo em descrédito - em meio à crise econômica, aos anos de autoritarismo e ao desaparecimento de cidadãos -, Galtieri apelou para o sentimento de patriotismo e afirmou que enviaria tropas para "retomar" as ilhas Malvinas (ou Falkland, para os britânicos e habitantes locais).

A causa é sensível até hoje, com os argentinos sentindo que o arquipélago lhes pertence - apesar de ser habitado por britânicos e seus descendentes há várias gerações e de constituir um estado associado ao Reino Unido, tendo inclusive votado

em referendo a determinação de continuar com esse status.

A estratégia de Galtieri funcionou num primeiro momento, com o apoio de grande parte da sociedade à invasão das ilhas pelas Forças Armadas argentinas. Depois de o governo de Margaret Thatcher mandar tropas para expulsar os argentinos, porém, a opinião pública aos poucos foi se dando conta de que um massacre se avizinhava. E assim foi.

A guerra terminou em 14 de junho, com a rendição de Buenos Aires e um saldo de 649 mortos do lado argentino e 255 mortos do britânico.

Enquanto o Reino Unido levou os corpos de seus soldados caídos em combate de volta, a Argentina manteve os seus lá até hoje, no cemitério de Darwin. Isso porque a ditadura proibiu a repatriação, para que ficassem ali como símbolo da luta pelas ilhas.

Só na última década, devido a um acordo entre Buenos Aires e Londres, foi autorizado que uma equipe da Cruz Vermelha e da EAAF (Equipe Argentina de Antropologia Forense) realizasse o trabalho de identificação dos cadáveres - que até então tinham em suas lápides só a inscrição "Soldado argentino, somente conhecido por Deus".

"Não se pode ter 40 anos de impunidade para crimes como esses. A tortura aos jovens soldados nas Malvinas é um crime de lesa-humanidade, e sem saldarmos essa dívida não seremos nunca uma democracia plena", diz outro ex-combatente, Rodolfo Carrizo.

Eduardo José Ortuondo, que alega ter sido uma das vítimas dos chefes militares, conta que foi amarrado nu. "Ao ar livre, sob a neve, levando pancadas a

cada tanto de tempo de um superior. Isso por oito horas e aos olhos de todos os companheiros", afirma.

"As Forças Armadas diziam em muitos certificados de óbito que os soldados foram abatidos em combate. Mas muitos deles não morreram em batalha nenhuma. Somos testemunhas de que morreram sob tortura por parte de genocidas."

Em 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ante o acúmulo de denúncias que não recebiam resposta da Justiça, pediu ao governo argentino um pronunciamento sobre o caso. No último dia 26, data do aniversário do golpe militar, veteranos da Guerra das Malvinas marcharam em frente ao Obelisco, no centro de Buenos Aires, para também marcar sua pressão.

"É necessário que o Estado se pronuncie sobre o fato de esses abusos configurarem crime contra a humanidade", defende o historiador Federico Lorenz. "A questão jurídica é muito complicada. Nas primeiras denúncias, ainda nos anos 80, os oficiais pediam a aplicação do código militar, o que anularia os delitos, e agora se defendem com a prescrição."

Para o estudiosos, porém, a complexidade jurídica é só um dos fatores envolvidos. "Nem todos os torturados - e mesmo os ex-combatentes em geral - querem admitir que as torturas eram generalizadas, porque de algum modo isso relativizaria o sacrifício que fizeram pelas Malvinas, diminuiria seu heroísmo", afirma.

"O mais complexo nesse assunto é que tudo está no mesmo pacote. Não existe a guerra por um lado e a ditadura e seus crimes por outro; ocorreu tudo junto."

SANTOS/GUARUJÁ

Decreto qualifica estudos sobre túnel

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O presidente, Jair Bolsonaro, editou nesta sexta-feira decreto que autoriza, no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), a realização de estudos para a implantação do túnel imerso entre as cidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista.

Atualmente, para ir de uma cidade a outra pode-se utilizar o sistema de balsas, que faz o transporte de aproximadamente 23 mil veículos por dia, ou a rodovia Cônego Domenico Rangoni. O novo projeto tem o objetivo de implantar e explorar o túnel, disposto dentro da área poligonal do Porto de Santos, para a ligação seca entre os municípios.

Em janeiro, o governo fede-

ral divulgou que a estimativa de leilão para a construção do túnel ocorreria no quarto trimestre de 2022. Estão previstos investimentos de R\$ 4 bilhões.

Segundo o governo, o túnel é importante para a viabilização do Plano de Expansão Portuária, que prevê aumentos expressivos nos volumes de movimentação, do tamanho das embarcações e, consequentemente, no fluxo de navios no canal de navegação.

Entre os principais benefícios, o governo espera a melhoria da mobilidade urbana e operacional entre as margens do Porto de Santos, redução das interferências de navegação no canal, acessibilidade e sustentabilidade social e ambiental.

Nota**DEFENSORIA PÚBLICA: VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUMENTA EM PRESÍDIOS**

Relatório da Defensoria Pública Estadual de São Paulo (DPE-SP), realizado a partir de inspeções durante a pandemia, aponta agravamento de violações aos direitos humanos nas unidades prisionais no estado. Das 27 unidades visitadas, 81,48% (23 delas) estavam superlotadas. Os dados do governo estadual indicam que, em maio de 2021, 23,55% das penitenciárias estavam acima da capacidade. O trabalho foi desenvolvido pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária (Nesc) da defensoria. O núcleo fez 27 atividades de inspeção nos presídios do estado de São Paulo durante a pandemia de Covid-19. Desde o ano de 2014, foram realizadas 242 inspeções pelo Nesc, 62 delas na pandemia da Covid-19. Além disso, segundo o relatório, pessoas do grupo de risco ficaram expostas à covid-19, sem que houvesse equipe mínima de saúde ou possibilidade de pronto-atendimento na rede pública por falta de escolta.

Nota**CHINA DIZ QUE VAI BUSCAR PAZ NA UCRAÍNIA 'À SUA PRÓPRIA MANEIRA'**

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, afirmou, em reunião de cúpula com a União Europeia nesta sexta-feira, que o país vai trabalhar pela paz na Ucrânia, mas "à sua própria maneira". A China é aliada da Rússia e vem estreitando laços em questões como energia, comércio e segurança com Moscou. Além disso, se absteve em votações até aqui em discussões sobre sanções contra o Kremlin. Li disse aos líderes da UE que a China sempre buscou a paz e promoveu negociações, segundo a emissora estatal chinesa, CCTV. Segundo a CCTV, o líder chinês Xi Jinping pediu

aos líderes europeus que o bloco trate a China "de forma independente" -ou seja, que não adote a mesma postura de confronto dos Estados Unidos. Do outro lado, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, afirmou que "qualquer tentativa de contornar as sanções ou fornecer ajuda à Rússia prolongaria a guerra". "Pedimos à China que ajude a acabar com a guerra na Ucrânia. A China não pode fechar os olhos para a violação da lei internacional pela Rússia", disse. Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, afirmou que este "é um momento decisivo, porque nada será como era antes da guerra". "Agora é uma questão de ter uma postura muito clara para apoiar e defender a ordem baseada em regras".